

# **SOCIUS Working Papers**

**Edson Passetti**

**“pensamento libertário,  
terrorismos e tolerância”**

**Nº 2/2007**

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das  
Organizações**

**Instituto Superior de Economia e Gestão**

**Universidade Técnica de Lisboa**

**Rua Miguel Lupi, 20**

**1249-078 Lisboa**

**Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783**

**E-mail: [socius@iseg.utl.pt](mailto:socius@iseg.utl.pt)**

Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/socius/index.htm>

# pensamento libertário, terrorismos e tolerância

edson passetti\*

Foucault inquietava o presente trazendo para um tempo que esgotava os sonhos revolucionários outras maneiras de notar práticas éticas associadas à questão política e capazes de arruinar os conservadores.

A história política desde Foucault provoca o pesquisador inopinado a avançar pelo emaranhado das relações de poder que apanham os anarquismos, desde o final de *Vigiar e punir*, quando se fala abertamente da reversão da identificação do criminoso, agora associado à burguesia, numa época em que Pierre-Joseph Proudhon, publicava *O que é a propriedade?* explicitando o roubo da propriedade capitalista associado aos ilegalismos que sustentam a lei com base no direito universal.

Práticas de liberação acontecem, produzem éticas e problematizam a política. Não acolhem formalizações, mas delas se desvencilham. Foucault reparava, nos anos 1970 e 1980, como as práticas de liberação gradativamente se domesticavam sob o regime de direitos com mais direitos, abandonando o que tinham de experimentação inovadora. Em *A hermenêutica do sujeito* registrou a importância filosófica e política dos anarquistas, no século XIX, em função da constituição de um sujeito autônomo e livre, inclusive ultrapassando estes limites, dando atenção, ainda que brevemente, a Max Stirner. Mas o que acontece depois dos anos 1980?

Interesso-me por práticas de liberação e libertação anarquistas problematizando os saudosistas, utópicos e intérpretes ajustados tanto ao anarquismo quanto a Foucault. No presente importa a permanência da inventividade liberadora que não se apartou da Anarquia, sua parte viva e que vem sendo arruinada, capturada.

Gostaria de enfrentar este acontecimento no presente por meio de uma conversa sobre uma prática histórica tratada com atualidade por Foucault, conhecida

---

\* Professor livre-docente do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, coordenador do Nu-Sol, Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP. Autor, entre outros livros, de *Éticas dos amigos. Invenções libertárias da vida*. São Paulo:Imaginário, 2003 e *Anarquismos e sociedade de controle*, São Paulo, Cortez Editora, 2003. Organizou recentemente as seguintes coleções *Kafka-Foucault, sem medos*. São Paulo:Ateliê Editorial, 2004; e junto com Salete Oliveira: *A tolerância e o intempestivo*. São Paulo:Ateliê Editorial, 2005 e *Terrorismos*. São Paulo, Educ, 2006. Edita junto com o Nu-Sol *Verve*, revista semestral autogestionária.

como parrésia (parrhêsía)<sup>1</sup>. Ela é um ato que pretende nada ocultar ao outro que não desconhece o que está sendo dito. A parrésia está no interior do cuidado de si e emerge na época da crise das instituições democráticas. É dizer a verdade como atividade e não somente mais um problema da verdade.

Mas como tratar da parrésia e ser um parresiasta numa era de culto global à democracia e de captura da Anarquia? Foucault mostrava em seu curso *O nascimento da biopolítica*, que a democracia — nesta sociedade que já não era mais só disciplinar e que mais tarde Gilles Deleuze anunciou como sociedade de controle, de intermináveis controles —, ampliava conservadorismos políticos, penalidades e religiosidades. Então, um parresiasta se atualiza ao questionar a democracia não pela sua bula, mas pelo paradoxo que faz conviver crescimento de liberdades com ampliação de assujeitamentos; ao discutir os anarquismos diante de sua incorporação no interior de lutas democráticas.

Um parresiasta problematiza com coragem ao explicitar a fala e o que diz sem usar da retórica. Ele não busca consenso, consentimentos e tampouco pretende usar sensacionismos. Pratica a verdade como atividade, pela fala direta e dizendo o que é perigoso para consigo. Ele sabe que quem fala está numa posição abaixo de quem ouve. Ele pretende criticar e não demonstrar a verdade. O parresiasta lida com hierarquias e suas respectivas retrações decorrentes de experimentações de liberdade. Reconhece que a verdade se produz pelo confronto entre forças.

O parresiasta é próprio da democracia ateniense e também da Anarquia contemporânea. Ele pratica a verdade como obrigação e exige franqueza; escolhe a fala em vez do silêncio; reconhece o risco de morte sobre a segurança; evita a lisonja; faz de sua atitude uma obrigação moral em vez de agir segundo uma conduta relativa ao próprio interesse ou ao aparato moral. No campo filosófico a parrésia está relacionada com o cuidado de si. A palavra parrésia, que apareceu primeiro na tragédia mais racional de Eurípedes, em latim se transformou em *libertas* (liberdade de quem fala).

### **guerreiros insurgentes**

Os anarquismos não cessam de acontecer. No campo e nas cidades, na produção e na cultura, na vida diária, eles inventam costumes libertários que desintegram

---

<sup>1</sup> Michel Foucault. “Coraje y verdad” (“Fearless Speech”, Semiotext (e) Inc. 2001). In Tomás Abraham. *El último Foucault*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana 2003, pp. 263-406.

hierarquias, abalam a propriedade, corroem os Estados, estraçalham o Indivíduo. A Anarquia é uma singularidade que procria grupos de afinidades, organizações, associações com existências muitas vezes breves, outras vigorosas, algumas apenas circunstanciais, e que atua intensificando os acontecimentos.

O anarquista não se prepara para a revolução. Ele pratica insurreições todos os dias, associando-se aos parceiros e experimentando *outros* costumes. A associação é o lugar da existência amistosa e conflituosa, estabelecida por pessoas contundentes, livres de regras fixas, constantes e imutáveis. Relaciona-se formando federações, compostas de miríades de associações que atravessam territórios, fronteiras e certezas. Os anarquistas são nômades, máquinas de guerra voltadas para destruir desigualdades, hierarquias e experimentar libertarismos. Eles inventam seus próprios percursos.

A Anarquia é o exercício da diferença na igualdade; é a obstrução a modelos, semelhanças, representações e programas. Diante de insistentes sentenças de morte, decretadas por adversários e inimigos, no Brasil e nos continentes, cabe perguntar: até quando sua vital permanência evitará sua captura?

Em poucas palavras, a Anarquia foi considerada morta, pela primeira vez, nos desdobramentos da Internacional de Trabalhadores, em 1868, quando Marx pretendeu levar a melhor sobre Bakunin. Começava ali uma batalha sem fim entre comunistas e anarquistas. Estava em jogo, de um lado, liderar uma revolução social e científica contra o modo de produção capitalista, e de outro lado, uma revolução para dar fim ao regime da propriedade. Era o embate entre o regime da propriedade (da propriedade estatal, sob o governo da ditadura do proletariado) por meio de uma teoria do *socialismo científico* e a abolição imediata da propriedade e do Estado, associada às análises políticas no interior do acontecimento. A diferença entre estas duas forças não se reduzia aos meios em relação ao mesmo fim como pretendeu justificar Lênin, no início do século 20, ao comparar as propostas de Marx e Proudhon. Nas palavras da anarquista Emma Goldman, meios autoritários levam a fins autoritários, e meios libertários levam a fins libertários.

A tensa e vigorosa história entre socialistas opõe autoritários e libertários e, às vezes, colocam-nos numa incômoda proximidade. A Anarquia considera a revolução um fato possível e não o epicentro da mudança. Para os anarquistas, as liberações de costumes no amor, na educação, na arte, no aprendizado, nas comemorações festivas, antecedem e acompanham a revolução como fato libertador. Diferencia-se da visão

socialista autoritária disciplinadora, rígida e hierárquica, dirigida por uma vanguarda com plenos poderes para planejar a revolução, determinar seu início, governar o Estado e estatizar a propriedade.

Desde a segunda metade do século 19, os insatisfeitos, iracundos e convictos trabalhadores, sob o regime da dominação e da exploração, experimentaram itinerários autoritários e percursos libertários de socialismo. O massacre da libertária Comuna de Paris pelas forças da ordem, em 1871, levou o proletariado europeu a inclinar-se para a luta socialista sob a direção partidária social-democrata. Com isso, a Anarquia como movimento social se retraiu, para reaparecer transbordante no noticiário policial e social, no final do século, com as ações terroristas de jovens rebeldes, na França e na Itália, levando adiante a mobilização anarquista de propaganda pela ação, que implicava confronto armado e ocupação de propriedades e agências governamentais. Estes acontecimentos radicais propiciaram o fortalecimento das propostas sindicalistas revolucionárias que redimensionaram e revigoraram a Anarquia, mobilizando para lutas imediatas e criando associações cada vez mais solidárias. No final daquele século, o sindicato passou a ser para os anarquistas um meio para a revolução, distinguindo os anarco-sindicalistas dos demais sindicalistas revolucionários, para quem o sindicato era meio e fim.

## **a hora e a vez**

Nunca é demais lembrar que o final da Guerra Civil Espanhola — quando os anarquistas foram massacrados pelas forças fascistas das falanges de Franco e pelo socialismo autoritário soviético —, é considerado o marco internacional derradeiro da existência do anarquismo como movimento social<sup>2</sup>. Todavia, a Anarquia não é um movimento linear. Sua singularidade está em produzir diversos anarquismos e não ser apanhada por um modelo. É composta por uma miríade diferenciada de associações que

---

<sup>2</sup> No final da II Guerra Mundial, conservadores articularam uma nova crítica radical ao socialismo, ampliando as formuladas pela escola austríaca, liderada por Ludwig Von Mises. Criaram uma nova versão liberal da sociedade de mercado chamada anarco-capitalismo, e muitos deles passaram a se chamar libertários. Seu principal mentor intelectual foi Murray Rothbard, que redigiu, em 1973, *For a new liberty - The libertarian manifesto* (<http://www.mises.org/rothbard/newliberty.asp>). Este talvez tenha sido o primeiro movimento de captura do anarquismo na sociedade de controle, quando não se pretende mais o confronto, mas imobilizar, levar ao esquecimento e apropriar-se de conceitos sob conteúdos conservadores.

começam com as pessoas livres, e ultrapassam impérios aristocráticos, capitalistas e socialistas. Enfrenta diretamente ou contorna circunstâncias históricas desfavoráveis, aparecendo ora como criação de anarquistas, ora de libertários<sup>3</sup>. Por isso mesmo, em seu interior coexistem diversos anarquismos (individualista, mutualista, coletivista, verde, comunista libertário, anarco-sindicalista, naturista, ecologista social, feminista, anarco-punk...).

Os desdobramentos posteriores à tragédia espanhola, segundo historiadores como George Woodcock e James Joll, sociólogos como Hans Magnus Enzensberger ou mesmo estudiosos anarquistas como Daniel Guérin<sup>4</sup>, sinalizaram deslocamentos significativos nos anarquismos. Se alguns, como Joll e Woodcock, abreviaram o fim dos anarquismos como força social e política, também não deixaram de notar que desde os anos 1940, com a publicação inglesa *Freedom*, aumentava entre os trabalhadores intelectuais o interesse pela Anarquia, fato que se tornará marcante depois de *maio de 1968*. A vida produtiva se deslocava do domínio industrial e disciplinar em que a minoria no trabalho intelectual administrava a maioria no trabalho manual, para o controle computo-informacional e de informação sustentado no trabalho intelectual. Esta reviravolta indicava que as resistências libertárias tenderiam a se deslocar dos contra-posicionamentos para os contra-fluxos.

As rebeldias dos anos 1960 explicitaram a mudança e propuseram outras ações. Na Europa e nos Estados Unidos questionaram o capitalismo, o consumismo, a guerra e a autoridade centralizada; na Europa Oriental e Ocidental, em especial, contestaram o socialismo soviético. Capitalismo e socialismo, democracia e totalitarismos, sociedade de mercado e sociedade planejada, enfim, as dicotomias e a Guerra Fria estavam em xeque. No Brasil, jovens inopinados e mobilizadores profissionais enfrentavam a ditadura militar, quando o restante da América Latina mal podia imaginar que, em poucos anos, e sob a influência estadunidense, o continente estaria governado pelos tiranos. Ao mesmo tempo, o socialismo chinês, com sua visão terceiro-mundista, era

---

<sup>3</sup> Libertário entre os anarquistas, procede da utilização por Sébastien Faure da palavra criada por Joseph Déjacque, em 1858, para dar título ao periódico “Le Libertaire”, no final do século 19, durante o período em que a Anarquia e os anarquismos estiveram propositalmente associados com desordem e terrorismo.

<sup>4</sup> George Woodcock. *Anarchism, a history of libertarian ideas and movements*. Londres:Penguin Books, 1986; James Joll. *Anarquistas e anarquismos*. Lisboa:Publicações Dom Quixote, 1970; Hans Magnus Enzensberger. *O curto verão da Anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo:Companhia das Letras, 1987; Daniel Guérin. *El anarquismo: de la doctrina a la acción*. Buenos Aires/Montevidéu:Editorial Altamira/Editorial Nordan-Comunindad, 1975.

saudado pelos jovens europeus e latino-americanos como a grande *rebelião* contra o domínio soviético. Na mesma América Latina, exaltava-se a ditadura do proletariado derivada da revolução cubana e lamentava-se a disseminação das ditaduras militares fomentadoras de mais um ciclo estatal-autoritário para as duas décadas seguintes. Perante tantos paradoxos, os saberes e as práticas eram convulsionados, a autoridade central instituída abalada, e as utopias igualitárias e libertárias se propagavam. Emergia revigorada a prática anarquista, transformando costumes (sexo livre, mulheres livres, uso livre de drogas), liberando universidades de seus catedráticos, questionando escolas como centros de obediência compulsória, combatendo o monopólio privado e estatal de meios de comunicação com diversificação de meios de informação livres, indicando as destruições do meio ambiente, fortalecendo a luta contra racismos e preconceitos, apartando-se de partidos e sindicatos velhos e burocratizados, afirmando possibilidades de associações múltiplas voltadas para a existência libertária e estabelecendo conversações com demais práticas liberadoras.

De fato, o que se passou com comunistas e anarquistas e suas maneiras de atuar na primeira metade do século 20, expressou o fim da predominância da sociedade disciplinar e de suas maneiras de resistir por contra-posicionamentos. Na atual sociedade de controle<sup>5</sup>, os comunistas de múltiplas procedências oscilam entre posicionar-se compondo com regimes democratas ou ditaduras do proletariado, e contra-posicionar-se habitando contestações reformistas como o Movimento anti-Globalização e o Fórum Social Mundial. Os anarquistas, por sua vez, visando a abolição do Estado e da propriedade, foram pertinentes, minoritários e influentes, principalmente durante o acontecimento *1968*, e posteriores prolongamentos, atuando nos fluxos planetários da vida computo-informatizada, por vezes ultrapassando a vivência por contra-posicionamentos, e outras tantas correndo o risco de soçobrar, assemelhando-se às demais resistências.

---

<sup>5</sup> Considera-se sociedade disciplinar aquela de controles descontínuos sobre espaços delimitados, procurando extrair o máximo de energias econômicas do corpo e reduzindo ao mínimo as energias políticas (Cf. Michel Foucault. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro:Graal, 1977 (*La volonté de savoir*, 1976). A sociedade de controle, que aparece após a II. Guerra Mundial, tem por base a comunicação instantânea e o controle contínuo (Cf. Gilles Deleuze. *Conversações*. São Paulo:34 Letras, 1991 [*Pourparles*, 1972-1990, 1990]). Sobre sociedade de controle e anarquismos, Edson Passetti. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo:Cortez, 2003, mostra a relação entre a passagem da biopolítica para a eopolítica em que o centro do investimento deixa de estar no corpo da espécie e passa a se concentrar no planeta. Trata-se de um acontecimento em que se busca extrair e ampliar as forças econômicas inteligentes em programas democráticos. Não se investe mais em destruir ou minimizar resistências, mas em capturá-las e incluí-las, por meio da convocação à participação.

## **nomadismo anarquista**

Os anarquismos são descontínuos. Seus reaparecimentos recentes advêm do processo político de distensão apressado por uma geração rebelde que experimentou potências de liberdades. Esta descontinuidade atingiu estudantes e também jovens editores, intelectuais e professores. Fez da universidade uma das novidades na Anarquia. O que fora razoavelmente aceito desde Proudhon, e criticado por Bakunin e Kropotkin, agora se tornava presente como expressão da mudança das relações de trabalho em âmbito planetário na sociedade de controle, e não mais apenas como lugar de conhecimento e preparação para o trabalho e a vida obediente como exigia a sociedade disciplinar. A universidade se atualizou não mais como formadora de elite governamental ou vanguarda revolucionária, mas como parte constitutiva da exigência na formação do trabalhador intelectual para a economia computo-informatizada e, por conseguinte, foi atravessada pela Anarquia. Desta maneira, abriu-se, também, um fluxo de captura. O modo mais imediato foi imobilizando-a academicamente por meio de sua autoridade científica, traçando dois itinerários. O primeiro, já conhecido por nós, fomentando estudos e pesquisas sobre os primórdios da classe operária; o segundo, incorporando seletivamente o anarquismo como força política identificada com o passado do movimento social.

O anarquismo é uma prática nômade, no dizer de Gilles Deleuze, para quem o proletário, segundo a conquista e transformação do aparelho de Estado, “representa o ponto de vista de uma *força de trabalho*, mas enquanto quer ou quereria uma destruição do Estado, representa o ponto de vista de uma *força de nomadização*”<sup>6</sup>. A Anarquia não habita um território, inventa percursos e distribui as pessoas num espaço aberto. Como o nômade, o anarquista sabe esperar, é paciente, e se “reterritorializa na própria desterritorialização”<sup>7</sup>. O seu espaço é localizado, mas não delimitado, e é onde acontece uma máquina de guerra diante de um Estado. A Anarquia não é, enfim, o oposto de Estado, mas se encontra na luta em que ocorre a pertinência de ambos. Daqui decorrem as importantes e generosas anotações deleuzianas legadas aos libertários e à desmedida dos anarquismos.

---

<sup>6</sup> Gilles Deleuze. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, São Paulo:Ed. 34 Letras, 1997, vol. 5, p. 59. (*Mille plateaux – capitalisme et schizofrenie*, 1980).

<sup>7</sup> Idem, p. 53

Os escritos de Foucault sobre a ética remetem o pesquisador para a atualidade dos cuidados de si, a estética da existência, compondo um espaço de relações agonísticas de poder e liberdade, de lutas contra assujeitamentos. Remete a heterotopias<sup>8</sup>, espaços dessacralizados onde se realizam imediatamente as utopias. Com isso nos leva a invadir, rever e ampliar a ética de Kropotkin<sup>9</sup>, ao problematizar não só as relações de afinidades entre os anarquistas e a autonomia do sujeito, mas também o afastamento de universais e possíveis uniformidades, desvencilhando-se do risco do pluralismo próprio dos liberais. Os escritos de Foucault, desde as análises genealógicas, provocam o deslocamento da existência para a fronteira, levando ao desaparecimento do limite entre posicionamentos e contra-posicionamentos, o que implica dar forma à impaciente liberdade.

Ao articular associações em mudanças constantes, independentemente da revolução planetária, pode-se, então, falar de anarquismo como heterotopia<sup>10</sup>. Dar forma à liberdade é um ensaio da existência, problematização do mundo em que vivemos e atuação nos jogos da verdade — em que se joga com regras para a produção de verdade, como jogos de poder<sup>11</sup> — convulsionando normas voltadas para a consagração da verdade verdadeira, provocando ruídos e outras maneiras de viver. O ensaio, portanto, não se restringe a uma mera atividade intelectual; é uma invenção de percursos e um método de demolição. O ensaísta é um nômade que arruína itinerários. Seus mapas

---

<sup>8</sup> Michel Foucault. “Outros espaços”, in Manoel Barros da Motta (org). *Estética: literatura e pintura, música e cinema. Michel Foucault Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2001, pp. 411-422. (“Otres espaces,” *Dits et écrits*, 1984)

<sup>9</sup> Piotr Kropotkin, *Ética* [1924]. Tradução do russo de Nicolas Tassin. Buenos Aires:Editorial Argonauta, 1925.

<sup>10</sup> Dentre os diversos princípios que orientam Foucault a mostrar as variadas heterotopias poderíamos acrescentar o dos lugares das realizações anarquistas, sempre em aberto e se redimensionando, e chamando-o de *heterotopia de invenção*. Cf. Edson Passetti. “Vivendo e revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle”. Verve, São Paulo: Nu-Sol, 2003, v. 4, pp.32-55; “Heterotopias anarquistas”. Idem, 2002, v.2, pp. 141-173; e “Heterotopia, anarquismo e pirataria”. In, Margareth Rago e Antonio Veiga-Neto (orgs). *Figuras de Foucault*, Belo Horizonte:Autêntica, 2006, pp. 109-118. Sobre a aproximação da Anarquia à filosofia de Foucault consultar: Wilhelm Schmitt, Salvo Vaccaro e Todd May, na Revista Margem, São Paulo:Faculdade de Ciências Sociais PUC-SP, 1992; Saul Newman, na Revista Verve, Nu-Sol:São Paulo, volumes 7, 8 e 9; e Margarte Rago. *Foucault, história e anarquismo*. Rio de Janeiro:Achiamé, 2004; e *Entre a história e a liberdade*. São Paulo:Unesp, 2001; Edson Passetti. *Éticas dos amigos. Invenções libertárias da vida*. São Paulo:Imaginário, 2003.

<sup>11</sup> Michel Foucault, “L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. In Daniel Defert & François Ewald (org.). *Dits et écrit*, Paris, Gallimard, vol. IV, 1994. pp. 708-729.

prociam cartografias de problematizações, intermináveis relações de resistências e não buscam instantes heróicos. Ele quer a vida livre de absolutos.<sup>12</sup>

### **da captura dos anarquismos**

Na sociedade de controle e comunicação permanentes, sob o regime neoliberal, as liberações entraram em contração, simultaneamente à expansão dos fluxos de inclusão. Este é o seu momento conservador, no qual se convoca trabalhadores e cidadãos a participar em programas (computacionais, sociais, partidários, universitários, televisivos, recreativos...), esperando que eles acatem e ampliem protocolos, configurando uma conduta diplomática. Trata-se de um momento em que a participação democrática fica assentada em pletora de direitos, dentre os quais sobressaem os multiculturalistas, e que propicia a organização da inclusão por meio de elites minoritárias (mulheres, gays, pretos, jovens ...) conformadas às periferias das metrópoles. Mais do que isso, o funcionamento do controle da inclusão por elites minoritárias requer uma crescente penalização, compondo um fluxo que vai das penas alternativas à *supermax* (prisões de controle ininterrupto)<sup>13</sup>. Estamos numa época em que se espera obter a satisfação pelo emprego, em oposição à anterior, expressa pelo acontecimento *maio de 1968*, quando se viveu o sonho de *mudar o mundo*.

As liberações entraram *em baixa*. Desafio maior aos anarquistas, pois os demais socialistas, rapidamente, se travestiram de democratas e administraram seus programas, aguardando a melhor ocasião para ampliar suas influências. Com isso não está mais em questão, pelo menos da parte deles, decretar a morte dos anarquismos. Agora, importa tanto aos adversários, quanto aos inimigos a captura institucional, por inclusão, dos anarquismos. Foi assim, aos poucos, e evidentemente durante o Movimento Antiglobalização e o Fórum Social Mundial, que socialistas autoritários e democráticos aproximaram-se de anarquistas *enraizados* nas práticas herdeiras do século 19 e início do 20, dentro e fora de universidades, para juntos circunscreverem seus protestos.

---

<sup>12</sup> Desde o anarquismo de Proudhon é impossível afirmar a sociedade sem poder. Atento às implicações decorrentes das revoluções e da afirmação do absoluto, por meio de sua análise serial procurou mostrar a impossibilidade de uma sociedade sem poder, até mesmo a anarquista. Foi um inventor de percursos, evitando o fácil itinerário revolucionário proclamado por parte dos anarquismos que lhe seguiram. Pierre-Joseph Proudhon. *De la capacité politique des classes ouvrières*. Paris:Marcel Rivière, 1924.

<sup>13</sup> <http://www.supermaxed.com>

Bakunin considerava a atitude rebelde como decisiva na história da humanidade por mobilizar para a realização simultânea da justiça e da liberdade<sup>14</sup>. Acompanhava as reflexões instauradoras de Proudhon, para quem o resultado parcial dos embates entre as forças sociais envolvidas em cada fato é que faz a história ser mais livre ou autoritária. Não somos, enfim, governados por idéias, mas por efeitos de lutas. O anarquista só é o combatente das grandes e pequenas desigualdades, e das imediatas e transcendentais hierarquias<sup>15</sup>, quando permanece rebelde.

Na atualidade, ecoa certa retórica calcada na repetição das palavras de Bakunin. A rebeldia exige mais do que se mover pelas ruas e infovias fomentando passeatas e polêmicas com a ordem, propagando os ideais libertários, pois em pouquíssimo tempo estes anarquistas da ocasião, combinados com tradicionais anarquistas *enraizados*, acabam *empregados* ou conservam-se embolorados repetindo palavras de um ou outro rebelde de outrora. Cabe ao anarquista de agora, onde estiver trabalhando ou sob efeitos do desemprego, atizar a rebeldia, provocar espanto e inventar uma nova associação, pois um anarquista não subordina sua espontaneidade em nome de valores superiores de quem quer que seja. Ele vive da sua rebeldia, e isso, nenhuma teoria é capaz de criar ou dirigir.

O risco de morte diante da certeza da obediência foi, é e será um acontecimento inevitável. Elas escapam, burlam, habitam e muitas vezes são inimigas das revoluções. Dizer que a revolução acolhe a insurreição é restringi-la ao interior de uma história racional e controlável. Ao contrário, a insurgência é um fato e introduz a subjetividade na história<sup>16</sup>.

1968 liberou as forças inventivas e foi libertário ao propiciar novas associações, estilos de vida, rompimentos definitivos com a velhacaria sindical, partidária, burocrática, moralista, universitária, consumista e estatista. Os anarquismos estavam vivos, menos como resistências e mais como forças ativas inventivas, provocando reviravoltas, e combatendo as forças reativas. Mas o refluxo conservador veio avassalador, sustentado em sua medida para todas as coisas: a *democracia*. O Estado fascista precisava de democracia, o socialismo necessitava ser democrático, a social-

---

<sup>14</sup> Mikhail Bakunin. *Deus e o Estado*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Soma, 1999.

<sup>15</sup> Pierre-Joseph Proudhon. *De la création de l'ordre dans l'humanité*. Paris:Marcel Rivière, 1927.

<sup>16</sup> Michel Foucault. “É inútil revoltar-se?” [1979]. In Manoel Barros da Motta (org) *Michel Foucault. Ética, sexualidade, política. Coleção Ditos e Escritos V*. Tradução Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2004, pp. 77-81.

democracia mais democrática e aberta para o mercado, a democracia estadunidense mais democrática, contemplando múltiplos direitos e culturas: somente democracia, não mais rebeldias; apenas inclusões democráticas via ampliação de pletora de direitos. O neoliberalismo respondeu, no limite, ao medo liberal, democrata, social-democrata e socialista. Formulou o acordo democrático por meio de um fluxo conservador e pluralista: incluir para obstruir singularidades!

### **a *outra* globalização**

Os anarquistas chegaram a estas arregimentações globais do início do século 21, misturados a marxistas renovados pelas atuais reflexões de Antonio Negri e Michael Hardt, que se aproveitaram, pelo outro lado, das reflexões de Foucault e Deleuze para acomodarem uma nova revolução molar jamais pensada por aqueles filósofos, agora com perfil democrático, contra o Império. Menos inspirados, anarquistas orientados pelas bravatas de Noam Chomsky, vieram somar aos contestadores *in totum* dos Estados Unidos, e menos sutis que os seguidores de Hardt & Negri, entraram em confrontos comendo com as vicissitudes do próprio Estado. Fragmentaram-se em manifestantes inopinados inventores de associações, militantes de *week-end* em favelas e periferias desenvolvendo programas de subsistência alternativos com o nome de autogestão, e organizadores de ONGs independentes. Em grande parte desconhecaram ou esvaziaram os efeitos das TAZ (zonas autônomas temporárias), e aderiram também ao requentado anarquismo acadêmico estadunidense de David Graeber<sup>17</sup> e de coletivos autodenominados antiautoritários como Another World is Possible e o Peoples Global Action.

A captura funcionou por meio do afastamento da Anarquia das relações de trabalho, da adesão ao exercício social-filantropico, do crescimento do recrutamento de militantes *enraizados*, e por meio de organizações eletrônicas alternativas. Assim, esses anarquistas funcionaram em eventos mundiais como massa imaginando ser uma *multidão*<sup>18</sup>, sustentando uma duvidosa retórica em defesa de *outra* globalização como recuo estratégico. Numa era conservadora, uma parte dos anarquismos, no Brasil, ou

---

<sup>17</sup> David Graeber. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago:Prickly Paradigm Press, 2004.

<sup>18</sup> Para uma profícua conversação sobre uma procedência do conceito de multidão, considerar a noção de massa aberta elaborada por Elias Canetti (Cf. *Massa e poder*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo:Companhia das Letras, 1995.), pela qual é possível captar a emergência da responsabilidade e da dignidade em cada um em benefício do bem-comum.

nos Estados Unidos, também se tornou conservadora. E mesmo berrando o contrário, uma parte dos combatidos anarquismos brasileiros seguiu as orientações estadunidenses. Emerge um quase caudaloso fluxo que pretende eternizar o anarco-sindicalismo<sup>19</sup>, as palavras de Kropotkin, o jeito de lutar de Bakunin, a agitação de Malatesta, a análise de Proudhon. Perdidos nas infovias, marxistas e anarquistas parecem andar juntos. Ao lado de Hardt & Negri, que compõem S. Francisco de Assis, com Lênin e Madison, os anarquistas, à sua maneira, glorificam S. Makhno, S. Bakunin... Adeus, rebeldias! Mais uma vez a diferença entre eles não foi de meios, ainda que muitos anarquistas tenham passado a acreditar nisso.

Lembrando os desdobramentos de 1968, a experimentação e o risco fazem os libertários mostrarem aos burocratas organizadores dos trabalhadores, estudantes e desavisados, que a Idéia de organização está falida, enfraquecida ou torpe. O alvo, então, deixa de ser a reforma da sociedade, mas deixá-la morrer. Os grandes da Anarquia do século 19 e do início do 20 ganham atualidade quando anarquizados por Max Stirner, Gilles Deleuze, Michel Foucault, liberando a Anarquia de idealizações e de capturas, reinventando os anarquismos como máquinas de guerra.

*Inventar* a vida é mais do que resistir aos efeitos de dominação e contrapor maneiras de ultrapassar a exploração e a dominação. É preciso recusar o soberano sobre si e promover a vida libertária por miríades de associações. Restrita ao movimento social, a Anarquia estará reduzida à posição de resistente, a compor um fluxo alternativo, a reescrever uma polêmica com o Estado e à economia atual; quem sabe até assujeitada ao marxismo ou mesmo a uma contra-ordem organizativa interna que julgue o que é anarquismo e o que não é, segundo um modelo, uma doutrina. Limitado ao movimento social o anarquismo é somente utopia de revolução, risco de restauração de um soberano, iminência do terror. O parresiasta não desaparece, atinge.

## **terrorismos**

Os terrorismos derivaram inicialmente da busca de conservação da revolução no Estado (primeiro a Francesa, e depois a Russa), contra as demais forças políticas. É o terrorismo *pelo alto*, do Estado sobre a sociedade. Eles produziram estados de sítio e legislações de exceção que foram gradativamente institucionalizados, até mesmo na

<sup>19</sup> Ver Actualité de l'Anarco-syndicalismo (2003), in [http://cnt-ait.info/article.php3?id\\_article=603](http://cnt-ait.info/article.php3?id_article=603), e Bases de Acordo, Núcleo pró FOSP [Federação Operária de São Paulo] COB [Confederação Operária Brasileira] in <http://fosp.cob-ait.revolt.org/>

democracia<sup>20</sup>, cujo mais recente acréscimo aconteceu desde o *Patriot Act* estadunidense, após 11 de setembro. Sob o regime ditatorial os terrorismos de Estado realizaram genocídios e etnocídios como no nazismo, no stalinismo, e no recente caso dos Balcãs.

Os terrorismos de baixo, da sociedade para o Estado, buscam substituir governantes, mudar o Estado ou mesmo eliminá-lo. Geralmente são praticados por jovens idealistas e libertários, pretendendo mudanças drásticas no regime político, depor governantes ou simplesmente abolir o Estado. São terrorismos que ocorrem num mesmo território caracterizando a radicalização da guerra civil.

O 11 de setembro de 2001 foi um acontecimento diferente. Foi um terrorismo trans-territorial realizado por meio de ataque com aviões de carreira com passageiros civis transformados em bombas, direcionados para os símbolos da economia globalizada, o World Trade Center, e da política-militar ocidental, o Pentágono, ambos em solo estadunidense. Abriu-se uma nova era de terrorismos trans-territoriais e fundamentalistas religiosos. Depois vieram os ataques a Madrid e Londres, e hoje em dia já não se sabe mais ao certo se é a al-Qaeda que ataca ou se ela se transformou num *programa* político terrorista utilizado por organizações não identificadas ou identificáveis. Os terrorismos não cessam; somente se desdobram.

Em nome da paz e da democracia, dos universais racionais, teológicos ou mistos, continuarão ocorrendo terrorismos de várias procedências. Na atualidade, fortalecem as forças reativas, guerras civis, genocídios, etnocídios, e não surpreendem anunciando novos fascismos.

### **máquinas de guerra**

Houve um tempo em que se imaginou o confronto definitivo entre socialismo e capitalismo, confirmando a anunciada *lei da história* instituidora da sociedade igualitária, sem classes sociais antagônicas e complementares. Isto não aconteceu, e durante a segunda metade do século 20, vingou o refluxo socialista, a expansão capitalista. Mais do que isto, ocorreu a consagração da superação do ideal revolucionário universal francês herdado da Revolução de 1789, pelo ideal

---

<sup>20</sup> Giorgio Agamben. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo:Boitempo Editorial, 2004.

estadunidense fundado no mito da democracia<sup>21</sup>. O sonho da revolução duradoura cedeu à realidade imediata das reformas democráticas com maior ou menor participação do Estado, ao cosmopolitismo, ao espírito de cooperação, e à crença no consumo ampliado de bens, serviços e direitos. Entramos na sociedade de controle contínuo a céu aberto e de comunicação imediata indicada por Gilles Deleuze<sup>22</sup>, capaz de atravessar as instituições das sociedades de soberania e de disciplinas e suas variadas articulações.

Os desdobramentos procedentes do final da 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial e os efeitos propagados pelo acontecimento 1968, na Europa e nas Américas, como vimos, geraram joviais contestações radicais ao poder centralizado, ao individualismo e ao totalitarismo. Foi um acontecimento que explicitou a diversidade de olhares e as experimentações de vida avessas e adversárias da ordem, do Estado, da crença na condução pelo alto, na fé na democracia, nos direitos e nas minorias que pretendem ser majorias. Os anos subsequentes formataram a reação conservadora conhecida como neoliberalismo, pretendendo a universalização do capitalismo e a inclusão institucional.

As relações de saber e poder (ascendente e descendente) estabelecidas pelos exercícios em espaços disciplinares e analisadas nos contundentes trabalhos de Michel Foucault, nos anos 1970, decorrentes dos desdobramentos de 1968, não ficavam mais restritas ou atrofiadas em campos específicos da Sociologia, da Administração, do Direito e mesmo da Criminologia. As relações de poder e saber, articuladas por análises histórico-políticas das forças em luta, reviravam os tradicionais estudos modernos escorados na filosofia política, ainda que *revolucionária*. A noção de sociedade trazida por Foucault implodiu o sossego dos conhecimentos compartimentados, a suposta oposição capitalismo/socialismo e seus correlatos, democracia/ditadura/fascismos. Trincou a metáfora do sólido edifício teórico, provocou espasmos nas concepções inter, pluri, multi ou transdisciplinares, nas várias maneiras de se constatar a *crise dos paradigmas* e abriu novas problematizações.

As pesquisas histórico-políticas de Foucault sobre as disciplinas e as forças em lutas, de certa maneira conversavam com as análises seriais de Pierre-Joseph Proudhon

---

<sup>21</sup> Pierre Bourdieu. “Dois imperialismos do universal”. In Daniel Lins e Loïc Wacquant (orgs) *Repensar os Estados Unidos. Por uma sociologia do superpoder*. Tradução de Rachel Gutiérrez. Campinas: Papirus, 2003, pp. 13-19.

<sup>22</sup> Gilles Deleuze. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34 Letras, 1992, pp. 219-226.

desencadeadoras do anarquismo no século 19, e que evitavam sínteses dialéticas para enfatizar a atualidade das forças em luta. Foucault se afastava da crença anarquista numa boa natureza humana e se restringia a analisar a sociedade das disciplinas que se esgotava, situando, como Deleuze mostrou mais tarde, a emergência do que passou a ser chamado de sociedade de controle. Proudhon, no passado, assinalava os esgotamentos da *série propriedade* ao mesmo tempo em que indicava o aparecimento da *série liberdade* ou *anarquia*, fortificadora da construção da igualdade social. Sua análise serial projetava para o futuro a utopia igualitária vinculada à expansão das associações libertárias de produção com relações políticas federativas. Contestava as associações submetidas ao regime da propriedade e do Estado, buscando a sociedade do futuro no presente e descrente do fundador fato revolucionário.

Proudhon foi, também, inaugural ao argumentar em favor de uma revolução permanente no presente, fazendo da associação libertária o ponto de inflexão para a mudança radical. A história-política de Foucault, por sua vez, liberta-se de utopias, e trata o presente pelas suas resistências (ativas e reativas). Considera a política uma guerra continuada por outros meios, uma outra guerra permanente. E é no interior desta batalha que podemos reparar a emergência de heterotopias libertárias (existência libertária associativa no presente) e sua atualidade<sup>23</sup>.

As sugestões analíticas de Gilles Deleuze sobre a sociedade de controle, acompanharam a reflexão de Foucault e apresentam proximidades mais que tangenciais com os incômodos anarquistas, ao menos com os de Proudhon. Constatam a inviabilidade de um devir revolucionário coletivo na sociedade de controle, mas não o do devir revolucionário individual, pessoal. Assim, ao dar conta da vida resistente no presente, aproxima-se de Foucault e Proudhon sobre a contestação da continuidade estatal: não há Estado sem uma sociedade que o conforma e sustenta caracterizando a indissolubilidade desta relação no capitalismo ou no socialismo; não há biopolítica sem sociedade disciplinar; não há rei ou povo sem família; não há *welfare-state*, neoliberalismo ou liberalismo social sem sociedade de controle; e há economia de

---

<sup>23</sup> Noutro lugar mostro que “Há heterotopias que não me interessam, como as de desvios. A heterotopia anarquista interessa como problematização atual da existência na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, por justapor espaços — como o jardim antigo —, romper com a temporalidade tradicional — com seus arquivos, com sua existência crônica no refazer de associações, e pela sua capacidade desta permanecer penetrável, sem isolar-se — deixando de ser heterotopia de ilusão, como o bordel, ou de compensação, como a Missão jesuíta. A heterotopia anarquista é um barco, reserva de imaginação”. “Heterotopia, anarquismo e pirataria” In Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto (orgs) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte:Autêntica, 2006, pp. 114-115.

mercado com qualquer regime político de Estado. Capitalismo e socialismo, enfim, regimes de propriedade, se tocam e são atravessados pelas disciplinas e controles contemporâneos; são práticas que precisam de utopias de Sociedade! São práticas reformadoras em nome da verdadeira Sociedade! É nesta fronteira que se situam os anarquismos com seus incômodos e consolos. O sonho da verdadeira Sociedade também foi o sonho de Proudhon, seu vínculo indissociável com o iluminismo. Mas as práticas das associações, antecedem o sonho podem antecipar a ultrapassagem da sociedade pela vida livre de miríades de associações, como sugeriu Max Stirner<sup>24</sup>.

Depois da reversão conservadora sobre o maio de 1968, o anunciado embate final entre capitalismo e socialismo, acabou ultrapassado pela utopia democrática e por uma *síntese* política que combinou mercado ampliado com lenta introdução de práticas de direitos sociais, humanos e de tolerância. Entre tantos marcos deste acontecimento estão: a entrada diplomática estadunidense na China em 1971, no governo Richard Nixon /Henry Kissinger; a política de direitos humanos de Jimmy Carter nos anos 1970 e seu correlato Prêmio Nobel da Paz; a divulgação dos efeitos do *gulag* soviético desde Alexander Soljenitsin, a atuação incisiva do Vaticano na derrubada do governo comunista do General Wojciech Jaruzelski, no início dos anos 1980, e o posterior Prêmio Nobel da Paz ao sindicalista Lech Walessa que se torna presidente da Polônia, procurando fazer da democracia mais do que um regime político, um definitivo estilo de vida. Era das reformas globalizadas, de uma nova mentalidade de *cura* da Sociedade e das doenças do planeta; era de uma ecopolítica que se anuncia.

Sabe-se que na sociedade de controle as penas e castigos se ampliaram. A superação da era dos suplícios públicos, na sociedade de punição dos séculos 16 ao 18, se aninhou em inúmeras situações *privadas* vividas, principalmente, por mulheres e crianças. As penas e os castigos, depois normalizados na sociedade disciplinar dos séculos 18 ao 20, atingiram o patamar da penalização a céu aberto na sociedade de controle. Neste longo período dos suplícios à humanização das penas e normalização da vida social, conhecemos as prisões humanizadas e também os campos de concentração e de extermínio, os intermináveis racismos, e os combates tópicos a discriminações e desigualdades formais por meio de direitos, muitos direitos, como direitos humanos universais.

---

<sup>24</sup> Edson Passetti. *Éticas dos amigos. Invenções libertárias da vida*. São Paulo:Imaginário-Capes, 2003.

A era neoliberal compreende a predominância marcadamente estadunidense decorrente do fluxo conservador voltado para a restauração da família, a ênfase na crença na punição ampliada e nas religiosidades, sustentando a chamada era do retorno liberal que se pretende justificar por meio de um suposto recuo na atuação e nos custos do Estado<sup>25</sup>. Entretanto, os desdobramentos são muitos e se conformam de maneira pluralista na atual economia computo-informacional que visa capturar os fluxos produtivos inteligentes. A democracia trazida para o interior da produção faz do trabalhador intelectual um agente atuante na elaboração dos programas geradores de continuidade do emprego, segurança e acesso a bens com uma multiplicidade de direitos e crença no Estado. Além de útil e dócil como na sociedade disciplinar, agora ele é convocado a participar com diplomacia nos programas de inteligência.

Estamos diante de uma profusão de fluxos anuladores de resistências, às vezes invisíveis, e em velocidades estonteantes. Neste acontecimento, a democracia, que em passado mais distante foi a utopia anti-absolutista, e mais recentemente voltou a mostrar sua eficácia ao ser o objetivo dos movimentos de defesa de direitos humanos para conter os desmandos autoritários do poder soberano (no capitalismo e no socialismo), transforma-se em discurso da ordem, e interrompendo atuações contestadoras. Neste longo trajeto, por qualquer lado e sob qualquer regime, as garantias de vida de presos comuns e dos presos políticos jamais foram consolidadas.

### **inícios inferiores**

Diante de uma sociedade de controle que se afirma cada vez mais penalizadora, o que terão os anarquistas a dizer, a fazer, a afirmar sobre crimes, castigos e educação?

O crime já foi tratado por Piotr Kropotkin como doença social cuja cura adviria de uma situação de ajuda mútua e da anarquia, na qual não se prescindiria dos saberes científicos sobre o cérebro e a subjetividade<sup>26</sup>. O século 20 escancarou as proximidades da bem-intencionada solução de Kropotkin — que havia passado por experiências tenebrosas nas prisões, como Bakunin, e antes deles Louise Michel, e depois Ravachol, Émile Henry e tantos anônimos anarquistas atravessados pela iminência do

---

<sup>25</sup> Michel Foucault. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France. 1978-1979*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

<sup>26</sup> Cf. Piotr Alexeevich Kropotkin. *Russian and french prisons*. Londres, Ward an Downey, 1887.

encarceramento —, tratando o crime como doença social e propondo a supressão das prisões.

Entender da alma das pessoas por instrumentos das humanidades, diagnosticando-a e desenhando-lhe tratamentos é acabar fortalecendo, mesmo a revelia, o saber psiquiátrico e a possível continuidade dos manicômios pelas reformas inevitáveis e circunstanciais. É revigorar o poder de comando, confinamento e sentença escorado no verdadeiro discernimento científico que baliza instituições na defesa da sociedade e da prevenção contra a alienação, o crime, o perigo e as múltiplas anormalidades herdadas desde o século 19. A busca pela cura da doença social no socialismo autoritário não deixou de ser vista como combate ao crime contra as pessoas, os bens, o governo ou o Estado, mas levou a novidades aterrorizadoras como a disseminação de campos de concentração e de trabalhos forçados, que não deixaram saudades das cruéis instituições prisionais ou psiquiátricas criadas e reformadas constantemente no capitalismo em nome da sua boa ordem.

Permeado pelos efeitos do positivismo, o anarquista Kropotkin buscava uma resposta científica para os crimes e para os horrores das prisões destinadas aos pobres e subversivos na sociedade capitalista desigual e tirânica. Sob a crença iluminista, imaginou a transformação das instituições austeras em unidades de cura libertadoras, sua reviravolta definitiva. Porém, não se deu conta de que as instituições disciplinares se desdobram sobre quaisquer regimes, e, muito mais aterrador do que isso, elas fortificam hierarquias. Kropotkin, sob este registro de influências, redimensionou, talvez involuntariamente, a tolerância com a religião advinda do século 18 e defendida por David Hume e Voltaire<sup>27</sup>, como tolerância com os feitos da miséria derivada do capitalismo. Assim como seus adversários escancarados, também não deixou de contribuir para o fortalecimento da religião da razão.

Proudhon em *O que é a propriedade?* alertava para o crime da propriedade ser um roubo, e demolia a argumentação jurídica universalista do direito penal que identificava os pobres como criminosos. Não deixou por menos, localizou os ilegalismos burgueses do século 19 e os recuperou no interior da analítica serial, relacionando-os à justiça na propriedade como a continuidade dos proprietários. De

---

<sup>27</sup> David Hume. *História natural da religião*. Tradução de Jaimir Conte. São Paulo:Unesp, 2005; Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*. Tradução de José M. Justo. Lisboa:Antígona, 1999 e *A filosofia da história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo:Martins Fontes, 2007.

maneira contundente e precisa, como sempre foram suas análises, Proudhon situava o crime vinculado ao regime de propriedade na história que escolhia os alvos entre as populações subordinadas. Ele passava a pensar uma outra saída para a condição de miséria que não visava a reforma do direito penal. Voltou-se para maneiras associativas, em que os integrantes estabelecessem de maneira libertária relações mutualistas e federativas, obstruídas pela sociedade, o Estado e os direitos universalizados dos proprietários. Proudhon redimensionava a associação, e os anarquistas podem, desde então, inventar maneiras de cuidar de crianças e jovens, de suas existências, de suas utopias para uma nova sociedade, mas também de suas heterotopias. Uma revolução permanente existe pela vida e potência das associações livres mutualistas e federativas.

### **inclusões na sociedade de controle**

A sociedade de controle arruína com os lugares da cura e da reforma de comportamentos. Ela absorve rapidamente um infrator como controlador, um inventivo jovem em programador institucional, uma rebeldia em moda, um contestador em político profissional; é a sociedade das retóricas e das incansáveis capturas.

Nela se pretende convencer a todos, e de diversas maneiras, sobre a participação democrática em *todas* as manifestações da vida. Assim é que as conhecidas formas de obtenção de consenso político por medo, omissão e adesão, agora se expandem para a economia, a cultura, a ecologia, atingem as minorias por meio de pletora de direitos e convocação à participação nas biopolíticas — que sempre emanam dos grupos organizados ou de seletivas manifestações latentes para o Estado, conformando o que Foucault chamou de controle sobre o corpo-espécie, a população.

Na sociedade de controle, os fluxos dissolvem a separação entre o privado e o público, em desdobramentos e interrupções, em organização pacífica para a democracia, a inclusão, a contenção, em clamor por vigilâncias eletrônicas e segurança e mais segurança. Nada deve surpreender e tudo deve ser previsível: está em questão preservar e matar com direitos (causar a vida e deixar morrer; causar a morte e deixar viver: as duas formas do direito na sociedade de disciplinas e de soberania). Nela se cria a penalização alternativa, a justiça restaurativa e as diversas outras combinações a conhecer que emanam das comunicações instantâneas entre fluxos, e ao mesmo tempo não se abdica dos aprisionamentos. Os infratores e delinquentes, dentro e fora da prisão,

estão expostos ao olhar de todos, à vigilância interminável, à administração desdobrável realizada pela parceria estabelecida entre Estado e organizações não-governamentais.

A sociedade de controle não pretende somente a transparência panóptica para localizar os corpos que desacatam e deles se acautelar, como na sociedade disciplinar; ela pretende governar o invisível. É assim que na sociedade de controle se absorvem as revoluções molares, atravessando as organizações por meios eletrônicos, programáticos e midiáticos, e exercitando desdobramentos contínuos nos fluxos. Na sociedade de controle importam os desmembramentos circunstanciais criando porosidades para que os desdobramentos de fluxos ocorram. Em pouco tempo, as *afinidades* anarquistas se transformam em pluralismos, e as aproximações *táticas* com marxistas se tornam mais relevantes do que a franqueza, e os anarquistas também acabam levados pela retórica da sociedade de controle que inclui os marxistas e aspira capturar os libertários.

Na sociedade de controle abundam direitos de minorias, maiorias, Estados, união de Estados, tribunais nacionais e internacionais, em função dos deveres, do julgamento e da saúde do planeta. Nela não preponderam as biopolíticas de Estado, como sublinhava Foucault, a respeito da sociedade disciplinar, porque o interesse se deslocou para a vida do planeta, a saúde ambiental — o que inclui a saúde de cada pessoa produtiva, de agrupamentos e povos arquivados em mapotecas eletrônicas. Precavidas dos cartógrafos e de suas liberdades para lidar com mapas, articulando perigosas linhas de fuga, pretende-se governar cautelosamente com seus catálogos e bancos de dados, combinando infinitesimais procedências sócio-econômicas, bio-químicas, físicas, econômicas, pensamentos, memórias, imagens, instantâneas imagens, sondagens, e compondo uma diversidade de armazenamentos de informações sobre máquinas de guerra e suas capturas, linhas de fuga, resistências.

A sociedade de controle é global e pleiteia preservar o planeta e seus trajetos pelo universo. Faz da ecopolítica — o controle do corpo-planeta —, a maneira de resguardar santuários ambientais com suas pessoas e com qualidade de vida e negociar a política ambiental pelos continentes. Para tal, é preciso vigilância intensa por dispositivos eletrônicos estatais e particulares, *policymakers* administrando com cautela o caos planetário tendo por suporte educação religiosa cada vez mais tolerante com o ecumenismo, em que, por fim, cada cidadão de posse de seus direitos abdique de sua vontade e seja um entusiasta das punições. Não basta mais, portanto, cuidar do corpo da população dócil, como se fazia na sociedade disciplinar; agora é preciso zelar pelas

almas, e, neste sentido, mais uma vez pela invisibilidade imediata dos espíritos, com religião e punição funcionando para articularem sua relação indissolúvel circunscrevendo condutas e contra-condutas. Não está em jogo apenas normalizar segundo regras, mas habilitar a participar da sociedade de controle. É assim que a meta da qualidade de vida só é atingida com devoção, obediência, participação e desejo de ser capturado(a), tanto quanto seu reverso chama-se terrorismo trans-territorial, inaugurado com a ação da al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001.

A sociedade de controle de fluxos eletrônicos e efetivamente transparentes facilita a nova cruzada religiosa que se desdobra pelas populações. De um lado, os ocidentais voltados para o ecumenismo, de outro lado, os orientais fundamentalistas. De ambos os lados, defensores do anti-fundamentalismo, em nome da convivência democrática entre religiões e do consenso sobre o fim das impunidades. Se a sociedade de soberania fundamentava-se no direito do soberano de matar ou deixar viver; se a sociedade disciplinar foi a da era do direito de causar a vida ou deixar morrer, conjugando relações hierarquizadas de poder de soberania pessoal e intransferível e de poder impessoal e móvel, a sociedade de controle não suprime as anteriores, mas com elas convive, por meio do direito de participar na vida do planeta, um novo universal ecopolítico voltado para a Terra, o sistema solar, a galáxia e definitivamente o universo em expansão. Vida dos direitos em expansão, modificáveis, desdobráveis, infinitesimais e infinitos. Nada além de direitos universais é também um *tudo* de punições universalistas.

O direito à sociedade igualitária, justa e livre por meio da revolução agora se transforma em meta contornada pela democracia, pelos programas eletrônicos — dos econômicos aos assistenciais —, as mídias, e a ecologia, fiscalizando empresas e Estados e sendo vigiados por empresas e Estados transnacionais, globalizados. É isso que se deseja na sociedade de controle: ter a certeza de contribuir para o inacabado com a crença de que isso depende de *mim*. Sob uma expectativa de colaboração tamanha, não cabem *tolerâncias* com infrações. Para este caso se acionam programas de tolerância zero. Somente cabem *tolerâncias* com as práticas de adesão<sup>28</sup>, como no passado o foi com a religião e hoje o é com o ecumenismo. Neste *mundo* não cabe mais ser

---

<sup>28</sup> Cf. Salete Oliveira. “A grandiloquência da tolerância, direitos e alguns exercícios ordinários”, in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, 2005, v. 8, pp. 276-289; e “Tolerância e conquista, alguns itinerários na Declaração Universal dos Direitos Humanos”, in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, 2006, v. 9, pp 150-167.

revolucionário, mas talvez ludista, sabotador... Esta é uma era dos terrorismos contra-Estados em nome de deuses e seus novos Estados; era de ameaças constantes e de governamentalização geral.

No passado das sociedades de soberania e de disciplina, as pessoas estavam expostas como súditos para a vida e a morte; na sociedade de controle só interessa a vida, a longevidade, a saúde do planeta e a das pessoas saudáveis. Não se causa a morte ou deixa morrer, mas se explicita a administração da mortificação com inclusão. De que maneira? Os direitos chegam às minorias e atingem o interior dos interceptados e dos aprisionados. Os loucos passam a ter direito a serem loucos; a loucura deixa o asilo e se multiplica em postos de atendimento, ainda que permaneça sendo uma doença a ser medicada. Os prisioneiros vivem semi-internações, liberdades vigiadas, mas no interior da prisão passam a ter direito a amar, a ter família, sexo, direitos humanos, e paradoxalmente a prisão se transforma em lugar de sociabilidade de sem-tetos que vivem livres<sup>29</sup>. A prisão também inclui.

Mundo dos direitos: a ser negro, índio, mulher, *menor*, gay, deficiente, louco, preso, com muitos outros direitos a participar obrigatoriamente *desta* sociedade. A sociedade de controle inclui e articula o discurso da exclusão — tão pertinente à sociedade disciplinar, e que girou em função da obtenção de direitos ao trabalho, ao sexo, à educação, etc. — aos diversos fluxos que deságuam em políticas afirmativas, declarações sobre tolerâncias e disseminação da noção de coexistência, entre outros, gerando fusões uniformizadoras que contornam as diferenças.

Diante da continuidade de prisões, crenças no fim das impunidades, desdobramentos religiosos simultâneos em ecumenismos e fundamentalismos, capturas de resistências pela participação democrática na vida eletrônica de comunicação instantânea, inacabada e de controle contínuo, cujo alvo é o corpo-planeta, a ecopolítica, diante desses fluxos articuladores das gentes, como responder a uma cara questão anarquista: a educação para a vida livre?

---

<sup>29</sup> Edson Passetti. “Ensaio sobre *um* abolicionismo penal”, in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, 2006, v. 9, pp. 83-114.

## **contra o direito universal**

Max Stirner afirmava, em *O único e a sua propriedade*, que o Estado de direito toma decisões com base em um juiz e no tribunal, esperando dos cidadãos o respeito sagrado aos direitos. Para ele, os revolucionários também tinham a esperança nos direitos e pretendiam salvar a sociedade. Bastava fundar outra moral. Contudo, não deixava de alertar que o direito é produto de uma luta entre forças, e que não há direito que não justifique a força vencedora e o seu egoísmo, mesmo quando este se apresenta igualitário e altruísta, com uma nova faceta universalista. Todo direito se expressa em lei a ser respeitada pelo cidadão e estabelece uma ordem que vai contra a vontade própria de cada pessoa. Segundo Stirner, se há vontade própria não há necessidade de Estado, pois vontade própria e Estado são forças inimigas, em guerra constante, reiterando o fracasso do projeto de paz perpétua kantiano. Onde há vontade própria há a ruína do universal e dos transcendentais.

O Estado exercita *seu poder* violento chamado direito. Entretanto, a atividade livre do *poder de cada um* é um crime para o governo porque ameaça a sociedade. De posse desta constatação stirneriana pode-se dizer que o Estado e o pensamento filosófico-jurídico aspiram o monopólio da violência, cujos limites estão na monarquia e na tirania; em contrapartida, os resistentes, na maioria das vezes, imaginam haver um lugar especial para resistir, constituído como o *lugar* de moral elevada, chamado partido, sindicato, organização. Essa maneira de pensar e agir funciona em dupla mão. Ela legitima tanto as revoluções restauradoras do governo do Estado, como aquelas que buscam eliminar o Estado. Trata-se de um discurso que precisa identificar *o que colocar no lugar*, característico não só das sociedades de soberania onde não se imagina governo sem rei ou povo, mas também amoldando e amplificando o repertório liberal.

Os socialistas provocam um pequeno deslocamento nesse discurso. Pretendem alçar ao governo, não para afirmar um novo soberano, mas por meio de sua ascensão temporária ao aparelho de Estado direcionar a revolução para a verdadeira sociedade igualitária. Vitoriosos os socialistas revolucionários dependem da esperança dos súditos em uma sociedade sem Estado, no cidadão soberano de si. Todavia, no Estado a tendência de qualquer força política que ali se instale é a de conservar, implementando, caso necessário, o crescimento de terrores em campos de concentração e trabalhos forçados. Elabora-se um direito penal revolucionário que se justifica pelo exercício na ocupação do *lugar* e no alegado poder transitório em função da realização dos

verdadeiros direitos de classe dirigindo os futuros direitos da sociedade igualitária. Os revolucionários anarquistas, avessos ao Estado e à iminência do terror, intentam passar para a Sociedade igualitária sem mediações. Contudo, muitas vezes por ainda estarem capturados pelo discurso iluminista, propõem *colocar no lugar* de antigas instituições repressoras, as verdadeiras instituições recuperadoras, e aí derrapam nos moldes do imaginado por Kropotkin, tangenciando crime e cura.

O crime é sempre político. Ele expressa a insuportável rebeldia, realiza as incontestáveis resistências, a incontrolável vontade de ter. O crime antes de tudo é o ato livre da criança contra a moral, insuportável a pais, adultos e superiores. Os moderados, inspirados em Voltaire, exigem tolerância. Anunciam que o direito não é só legitimidade, recompensa e justiça ou injustiça, mas também acusação, castigo e lei contra o crime. A atualidade de Voltaire soa ramerrão. Stirner destoa. Argumenta que desde o nascimento, eu ou você somos tidos como criminosos potenciais, um futuro criminoso contra o povo a ser educado. A educação, na família, na escola, nas instituições, nos *locais*, age para conter a ousadia da criança, que tem vontade própria. Por isso mesmo, é preciso rodeá-la de *lugares*, e de espiões do Estado, a serviço dos governos e do povo, educando e denunciando. Enfim, todo Estado saudável deve ser severo e estar fundado na prosperidade do homem! Esse é o vaivém da segurança!

O crime comum, segundo Stirner, é a realização de um desejo contra o povo, contra a sociedade, contra o direito, a vontade soberana dos indivíduos. Se, como vimos, o direito é produto da força, ele é também o exercício de garantias para alguns e de concessão aos demais que o aceitam. Direitos da ordem e de revolucionários neste momento coincidem no fluxo da superioridade da moral, seja do liberal, universalizando o que era privilégio de sangue na sociedade disciplinar, ou direitos de minorias na sociedade de controle, seja do comunista, universalizando o *verdadeiro fim dos privilégios* que, antes mesmo de serem inventados, ou para conter a invenção propriamente dita, devem ser perseguidos segundo uma criadora utopia igualitária administrada pelos dirigentes. Aos poucos, a moral da igualdade política transformou-se em moral da igualdade econômica com realização da liberdade em uma existência futura, fato que gerou despotismos pelo direito e proliferação de presídios e campos de extermínio e de trabalhos forçados. Eis o egoísmo dos altruístas! Em busca de direitos procuram-se instituições que funcionem como tribunal, e que digam qual a punição que merecemos.

Os anarquistas vivem a travessia desse limite. Diante dos regimes de privilégio que são redimensionados pelos universalismos da razão, contrapõem direitos de associações em torno de um objeto, relacionado com reciprocidade e troca. Porém, diante de tantas associações livres, resvalam para a utopia da *Sociedade* igualitária unificadora, e correm os riscos, pelo avesso, de interceptarem liberdades. A contribuição de Stirner, sobre o crime das crianças, libera o anarquista da função de *educador libertário*, que permanece o proprietário da verdadeira moral, ainda que somente viva para a existência a partir de *posses temporárias*. O parresiasta não desaparece, atinge.

### **fluxo - aproximação**

O tempo da criança é longo, e os espaços para elas são imensidões. As crianças dançam, brincam e guerreiam. Pouco importa o dia e a noite, o claro e o escuro, veracidade e sonho; para elas são experimentações da vida com calor e frio. Então, quando cada um desses momentos estiver habitado de significados, fantasmas, determinações, ela passará a ter idéia-fixa, começará a ser *educada* para a *boa e bela* vida. Desmorona sua liberdade! A liberdade das crianças não está em uma educação para uma nova moral, mas em mantê-las livres dos verdadeiros juízos dos adultos, da real consciência, do esclarecimento e dos fantasmas. Nas crianças, a luminosidade no dia e na noite, no claro e no escuro, aos poucos, torna-se escuridão no dia e na noite, no claro e no escuro. Aí então, na modorra ou na astúcia, queimam ao sol ou vagam presas aos ventos da noite. Poderão ser biblioclastas, soldados, membros do rebanho, bons funcionários, expertos cientistas, espertinhos do momento. Não serão mais crianças. E, talvez, tempos depois e bem maduros, descobrirão como surrupiam as suas vidas e as de seus filhos; passarão a ser tolos avós formando seus netos *livres* como pequenos tiranos. Depois de tanta morte anunciada, vivemos a era das capturas. Um dia também a sociedade morrerá. E esta história ficará conhecida como aquela que os anarquistas não temeram enfrentar com suas associações e federalismo descentralizado. Anarquizar não é uma conduta, é uma atitude.